

Antônio Carlos: Vaindo bem nova Carta

SALVADOR — O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse ontem, em Salvador, que o andamento dos trabalhos da Constituinte está se processando dentro de um quadro normal, e que embora todos tenham interesse em que seu ritmo seja acelerado, isso poderá prejudicar o conteúdo da nova Constituição.

— Nesse caso, é melhor esperar mais uns 30 ou 60 dias para se ter uma Cons-

tituição sólida e duradoura — aconselhou.

Ele acredita que os trabalhos deverão prolongar-se por mais uns cinco meses, pelo menos, pois esse é o tempo necessário para se discutir livremente as questões mais polêmicas e assegurar ao País uma boa Carta.

Para Antônio Carlos, as diversas forças políticas na Constituinte chegarão a um entendimento no caso dos erros mais gritantes intro-

duzidos no projeto da Comissão de Sistematização, como a questão da duração do mandato do atual Presidente da República. Para Antônio Carlos, a decisão ocorrerá pelo voto no plenário.

— Como nós temos maioria, vamos ganhar todas — assegurou, acrescentando que o Centrão será sempre a maior força dentro da Constituinte, mesmo com as pequenas divergências que venham a ocorrer.

Esquerda deseja padre disputando prefeitura no Sul

PORTO ALEGRE — O padre Roque Grazziotin, da Paróquia dos Santos Apóstolos, poderá ser o candidato da coligação formada pelo PT, PDT, PSB, PCB e PC do B, para Prefeito de Caxias do Sul, uma das maiores e mais violentas cidades gaúchas. Embora a coalizão ainda esteja sendo discutida, o padre já tem a oposição declarada do Bispo, Dom Paulo Moretto. No entanto, o pároco entende que "é o momento de surgir um candidato como nunca houve na cidade, fora das indicações de elite

dos partidos tradicionais".

— Sem levar em conta a cogitação do meu nome, que pode nem se concretizar, a idéia da união dos pequenos partidos numa frente popular é elogiável. É uma prova de amadurecimento político.

Desde já, ele impôs condições para concorrer:

— Antes de tudo, os partidos pequenos precisam chegar a um entendimento amplo nas discussões que estão desenvolvendo há tempos, desde que concluíram ser este o momento para uma mudança.

Centrão já tem esquema até para Primeiro-Ministro

BRASÍLIA — Caso o plenário da Constituinte mantenha o sistema parlamentarista de Governo, o Primeiro-Ministro deve ser escolhido entre os integrantes do Centrão. A afirmação é do Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), para quem o surgimento do grupo, atualmente majoritário na Constituinte, alterou profundamente a correlação de forças no Congresso, retirando do PMDB a maioria que o credenciava a indicar o Chefe do Governo.

Bonifácio lembra que não fala pelo Centrão, que op-

tou por deixar fora das discussões do grupo o sistema de Governo e o mandato presidencial. Mas não tem dúvidas de que, mantido o Parlamentarismo, o Primeiro-Ministro será indicado pelo Centrão. Ele acredita que o bloco parlamentar permanecerá unido após a votação da Carta e durante o processo de implantação do novo sistema e feitura da legislação ordinária.

— Se o parlamentarismo for aprovado muda tudo. Até mesmo a febre dos quatro anos de mandato vai arrefecer.

Deputado diz que grupo acertou, não se definindo

RECIFE — A reunião do grupo "histórico" do PMDB no dia 9, em Brasília, "tem tudo para ser um sucesso" porque seus líderes, que se reuniram segunda-feira no Rio com o Governador Moreira Franco, não tomaram posição sobre o futuro sistema de governo. A opinião é do Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Segundo Maurílio, esses líderes agiram com acerto, pois não há nenhuma relação entre os compromissos históricos do PMDB e o parlamentarismo, que é defendido por todos os que participaram do encontro do Laranjeiras: o ex-Governador Franco Montoro, os Senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa e o Deputado Euclides Scalco.

Assim como o Governador Miguel Arraes, o Deputado pernambucano defende que a reunião do dia 9 não deve ser conclusiva, para não "rachar" o PMDB. Segundo ele, a convocação de uma convenção extraordinária do partido, como querem os integrantes do MUP, é "materialmente impraticável" durante os trabalhos da Constituinte.

— Pela legislação — explicou —, a convenção tem que ter data certa e pauta definida. Se não sabemos como ficará o texto da futura Constituição, como poderemos convocá-la?

Para Maurílio, não sendo possível convocar a convenção, também não será possível o rompimento oficial com o Presidente Sarney, conforme defendem alguns líderes do PMDB.